

# **QUEM PERDEU COM A MODERNIZAÇÃO AGROPECUÁRIA?": considerações sobre as relações de troca na avicultura brasileira (1970-1985 e 1986-2008)<sup>1</sup>.**

## **“¿QUIÉN PERDIÓ CON LA MODERNIZACIÓN AGROPECUARIA?": consideraciones sobre las transacciones en la avicultura brasileña (1970-1985 e 1986-2008).**

**Fabrizio Pelizer de Almeida<sup>2</sup>  
Vera Lúcia Salazar Pessoa<sup>3</sup>**

### **RESUMO**

A política modernizante das atividades agropecuárias, tão relevante a partir de 1960, na verdade, sugere uma pretensa submissão de parte desses atores à captação do capital industrial, demonstrando no período subsequente (pós-90), a elevada dependência de algumas atividades rurais aos interesses agroindustriais. Desse modo o presente texto teve como objetivo propor uma leitura sobre as relações de troca na avicultura (sob o modo familiar de produção), com ênfase no discurso de modernização e os impactos na constituição do setor. A discussão, com base nas relações-troca intrínsecas à avicultura, supõe que tais relações foram legitimadas e asseguradas, considerando ainda a diminuição do poder de compra do avicultor, relações de trabalho e queda do capital público financiador do “evento modernizante”. Finalmente, parecem insustentável as relações entre produção avícola familiar e agroindústria, a não ser que em modelos específicos de gestão da produção (pelos próprios produtores) haja representação dos interesses das famílias nas atribuições de mercado.

Palavras-chave: Avicultura. Modernização agrícola. Relação-troca. Produção familiar.

### **RESUMEN**

La política modernizante de las actividades agropecuarias, tan relevantes desde 1960, en verdad, sugiere una pretensa sumisión de parte de esos actores a la captación del capital industrial, demostrando en el periodo subsecuente (pos-90), la elevada dependencia de algunas actividades rurales a los intereses agroindustriales. Por supuesto, el presente texto, tuvo como objetivo proponer una lectura sobre las transacciones en la avicultura (en la perspectiva de la producción familiar), enfatizando el discurso de la modernización y los impactos en la constitución del sector. La discusión, embasada en las transacciones intrínsecas a la avicultura, supone que tales relaciones fueran legitimadas y aseguradas, considerando aún, la disminución del poder de compra del avicultor, relaciones del trabajo y baja del capital publico financiador del “evento modernizante”. Finalmente, compréndase como sin sustentabilidad las relaciones entre producción avícola familiar y agroindustria, excluso los modelos específicos de gestión de la producción (por los propios productores) haya representación de los intereses de las familias en las atribuciones del mercado.

Palabras-llave: Avicultura. Modernización agrícola. Transacciones. Producción familiar.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na disciplina: Espaço rural: modernização, desenvolvimento e perspectivas, ministrada pela Profa. Vera Lúcia Salazar Pessoa, no Programa de Pós-Graduação em Geografia/Mestrado/Doutorado/IG/UFU.

<sup>2</sup> Engenheiro Agrônomo, Mestrando em Agronomia. Universidade Federal de Uberlândia.  
[fabrizio.pelizer@uol.com.br](mailto:fabrizio.pelizer@uol.com.br) e/ou [fabrizio.almeida@uniube.br](mailto:fabrizio.almeida@uniube.br)

<sup>3</sup> Geógrafa, Doutora em Geografia (UNESP). Universidade Federal de Uberlândia.  
[vlspessoa@triang.com.br](mailto:vlspessoa@triang.com.br).

## INTRODUÇÃO

A noção de desenvolvimento rural, tão amplamente discutida à partir da década de 1950 (e mais claramente na década de 1970) movida pelo “ímpeto modernizante” das atividades agrícolas, parece bastante atrelada à capacidade de absorção de novas tecnologias do padrão tecnológico então difundido, acarretando aumentos da produção e da produtividade e, assim, uma suposta e virtuosa associação com aumentos de renda familiar rural. Apesar das iniciativas datarem dos anos de 1960-80, algumas iniciativas são bastante atuais, talvez com uma linguagem razoavelmente sutil.

Refletindo sobre tais orientações de cunho capitalistas, é possível estender entremeados à diversas atividades agropecuárias, alterações profundas no modo de vida no campo e a imposição de paradigmas um tanto formais quanto à característica dessa produção, seja por índices de produtividade, escala, ou ainda qualidade final dos produtos básicos. Essa iniciativa é percebida historicamente à princípio, naqueles produtos direcionados para a exportação, deixando à margem uma série de outras atividades produtoras de alimentos básicos praticamente estagnada em relação a demanda, provocando escassez, aumentos de preços e crescente dependência de alimentos, sobretudo nos países da América Latina.

Nesse período alguns autores contribuíram na leitura dos impactos da “modernização ao estilo capitalista”. Em uma vertente reflexiva, Burbach e Flynn (1980, p.89) afirmam que:

A raiz da crise, porém está não naquilo que é produzido mas antes em *como* é produzido, pois o desenvolvimento capitalista significa mais do que a mudança tecnológica. Significa também a criação de um novo sistema de relações sociais e exploração do trabalho que transforma profundamente os meios de vida das pessoas e a própria essência de suas vidas.

Desse modo, o próprio modelo de industrialização implantado na América Latina, bem como as bases de dependência de insumos para a produção e formas de escoamento da produção campo-indústria, e ainda a intenção clara das políticas desenvolvidas pelo Estado nesses países, favorecem claramente a consolidação de uma nova estrutura de classes, estimulando o crescimento de uma força de trabalho assalariada sujeita ao empresariado rural, essenciais a formalização do desenvolvimento capitalista.

Nesse período, a política de industrialização foi compreendida como um aporte político-econômico capaz de impulsionar a atividade agrícola, reforçando o apelo de ampliação da produtividade como condicionante ao desenvolvimento dos países subdesenvolvidos. Para Schuh (1977), quatro dessas políticas interventoras tiveram efeitos adversos na agricultura, a saber (i) a industrialização como esquema forçado, dirigido especificamente à substituição das importações, com objetivo de prover dinamismo ao crescimento, trazer o balanço de pagamentos em equilíbrio pela substituição de importações e ainda melhorar as relações de troca; (ii) tarifas protecionistas muito elevadas dos países industrializados; (iii) superavaliação das taxas de câmbio e estabelecimento das taxas múltiplas e finalmente; (iv) políticas creditícias e fiscais para estimular a indústria.

Talvez as principais discussões estejam direcionadas para as políticas de estímulo à indústria, bem como o papel desse setor no contexto agrícola brasileiro. Isso se deve principalmente às vantagens competitivas dessas indústrias por conta de acesso facilitado ao mercado de crédito e taxas de juros subsidiadas. Além disso, apoiado na proposta deliberadamente desenvolvimentista, o abarrotamento de insumos no campo, não representa necessariamente em vantagens nas relações de troca para os produtores rurais, aumento de renda e até mesmo melhoria das condições de vida dos agricultores. Essa abordagem com enfoque no desenvolvimento agrário bem como os impactos da transferência de insumos para o campo sob a retórica do desenvolvimento agrícola, iniciado nos anos 1950, é bastante discutida por Goodman (1986) e Kageyama et al. (1990), enquanto que em Graziano da Silva (1981) e Schuh e Araújo (1977) são avaliadas sob a perspectiva de formação de preços na agricultura.

Nessa perspectiva, o presente texto teve como objetivo propor uma leitura sobre as relações de troca na avicultura, com ênfase no discurso de modernização e os impactos na constituição do setor. O foco das análises são os avicultores-integrados, vinculados à agroindústria no modelo de integração vertical, tal como uma relação capitalista cidade-campo. A partir do índice relação-troca referentes a alguns insumos necessários à pretensa modernização avícola, há possibilidade de avaliação e possíveis questionamentos sobre o “valor das transações” sob a ótica do avicultor familiar.

O texto apresenta inicialmente uma descrição breve sobre os principais atores e papéis exercidos nas relações da avicultura, sob o pretexto da produtividade e eficiência.

A seguir, pretende-se caracterizar a atividade avícola familiar, incluindo os entraves estabelecidos como premissas à produção por parte dos abatedouros e frigoríficos.

### **ATORES E PAPÉIS NA AVICULTURA DE CORTE (1970-1986)**

A partir de 1970, acompanhando a retórica desenvolvimentista da agropecuária brasileira e atrelada rapidamente ao capital industrial, dado a dependência de insumos e a necessidade de transformação dos produtos agrícolas, a avicultura brasileira reforça a expectativa econômica de um setor fértil, principalmente nas exportações de carne de frango. Tal desempenho foi devido ao crédito público subsidiado que, inicialmente, deveria permitir o ingresso (sob o ponto de vista da modernização das instalações de criação das aves) dos mais variados tipos de produtores. E nesse ponto dividem-se dois tipos de produtores rurais avícolas: as unidades produtivas familiares (de pequeno e médio porte) e as grandes empresas, fundadas no trabalho assalariado (SORJ et al., 1982).

Em síntese, o capital industrial apropria-se de atividades genuinamente rurais, impondo aos produtores rurais os padrões e ritmos de transformação do processo produtivo (GOODMAN et al., 1982). Essa articulação de mercado com o complexo agrícola industrial, através da integração direta com a indústria de transformação, garante, de certo modo, a ampla comercialização de produtos elaborados a partir da carne de frango em diversos mercados, apesar da maciça intervenção e coordenação da agroindústria sobre o modo de vida dos produtores.

A própria formação de custos na produção do frango de corte, consolidada historicamente em função dos interesses da agroindústria (amplamente discutido em BURBACH ; FLYNN, 1980; SORJ et al., 1982), reforça a disparidade gestora e tecnológica entre campo e indústria processadora, principalmente na imposição de políticas voltadas à tecnificação como imprescindível à competitividade frente aos mercados consumidores dos produtos. No entanto, tal imposição remete a uma profunda descapitalização dos avicultores, perceptível ainda mais no modo de produção familiar. A política de preços pagos aos produtores em detrimento aos preços que esses pagam pelos insumos e ou materiais, já no período pós 1970, sugerem uma imensa desvalorização no sentido dos produtores, considerando a depreciação das instalações

conforme a necessidade de aquisição de materiais da construção civil (cimento p. ex.) e a dependência de combustíveis para funcionamento de máquinas e pequenos tratores (óleo diesel p. ex.). Em todas as relações até meados de 1986, houve uma rápida desvalorização na relação do produto entregue à agroindústria por esses produtores (frango de corte vivo) em relação à necessidade imediata e intensa de aquisição de matéria prima sob a imposição de alinhamento das estruturas físicas à modernidade exigida para a criação, conforme as metas de eficiência produtiva<sup>4</sup> (Gráfico 1).

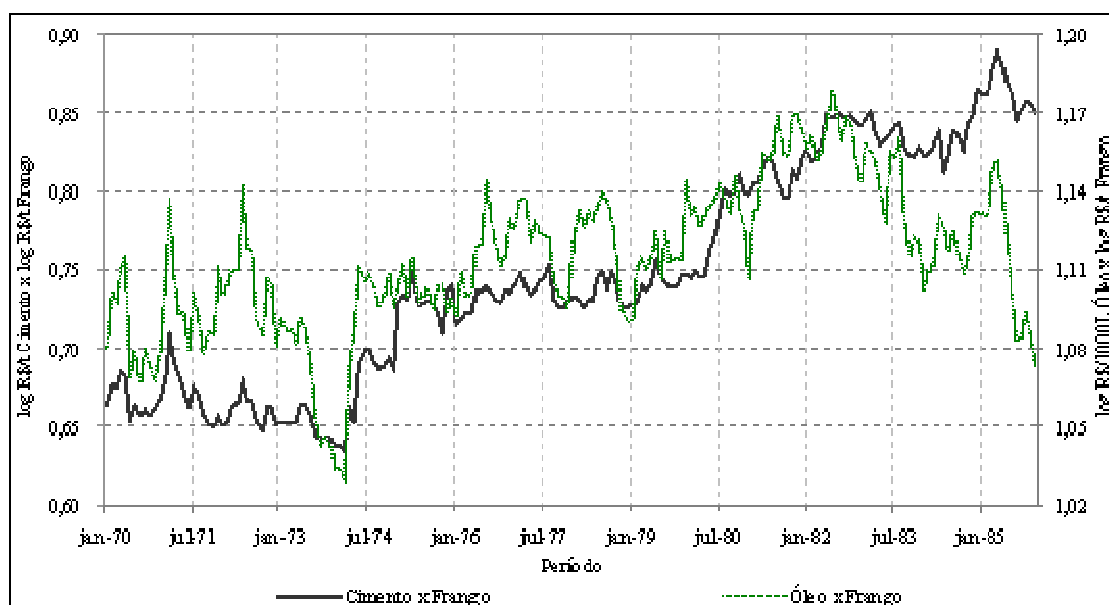


Gráfico 1- Relação de preços logaritmizadas do Cimento Portland (R\$/t) e Óleo Diesel (R\$/1000L) e Frango Vivo (R\$/t), 1970-1985.

Fonte de dados: Instituto de Economia Agrícola (São Paulo), 2009. Elaborado por Almeida, (2009).

Aliás, as metas de eficiência na produção do frango de corte, preconizadas pela agroindústria, acompanhada nos últimos 30 anos por uma política modernizante no campo, necessita rapidamente de incremento tecnológico, uma vez que, apesar dos avanços genéticos e de nutrição, boa parte desses ganhos advêm de um esforço descomunal no manejo e acompanhamento diário das aves. Com o descompasso na

<sup>4</sup> A principal meta de eficiência produtiva e que também determina o pagamento pela produção de aves vivas para abate é a Conversão Alimentar. Em síntese, reflete a quantidade de carne produzida (peso das aves) em função da quantidade de ração consumida. Entende-se que, quanto menor essa relação (em valor, kg/kg) mais eficiente é o modo produtivo, basicamente sugerido pelos avanços genéticos nas linhagens, nutrição e manejo das aves. Nesse ponto, são exigidos parâmetros modernos de equipamentos e instalações para atender exigências e o lucro em escala do setor agroindustrial.

formação da renda do produtor ante a necessidade de reformas estruturais nas instalações, a desvalorização acaba atingindo não só os lotes entregues à agroindústria mas principalmente, o desgaste da mão de obra no campo (para garantir resultados mínimos) e as instalações avícolas (no modo de produção familiar).

## CARACTERÍSTICAS E ENTRAVES À AVICULTURA FAMILIAR

O empenho sobremodo da mão de obra no campo (na avicultura familiar) pode ser entendido sobre três aspectos. O primeiro está relacionado com o prolongamento da jornada de trabalho dos granjeiros<sup>5</sup>, ultrapassando e muito aquela praticada nas indústrias (Quadro 1). Para garantir um desempenho zootécnico aproximado ao praticado pelas instalações modernas<sup>6</sup> (i.e. empresariais), e considerando a descapitalização histórica bem como o sucateamento dessas instalações, há uma sobrecarga do trabalho em horas e condições adversas de trabalho.

<b>Fase de Criação</b>	<b>Atividades Principais</b>	<b>Jornada de Trabalho<sup>7</sup></b>
Preparação do aviário	Lavar as instalações e equipamentos, colocar maravalha e organizar a pinteira.	10h
1ª semana do lote	Manejo do lote: Arraçoamento, fornecimento de água, corte e empilhamento das lenhas, abastecimento dos fornos de aquecimento.	16h
2ª semana do lote	Manejo do lote, avaliação de peso e mortalidade e cuidados com a cama das aves.	14h
3ª semana do lote até a última	Manejo do lote, avaliação de peso e mortalidade e cuidados com a cama das aves.	10h
Pré-abate do lote	Pesar aves (amostragem), revolver cama, arraçoamento, limpeza dos bebedouros. Acompanhar saída do lote	8h

Quadro 1- Horas de trabalho por atividades e fases de criação do frango de corte.

Fonte: AVIMIG (2009). Elaborado por Almeida, F. P. (2009). Dados não publicados.

<sup>5</sup> Granjeiros são aqueles atores empregados, meeiros ou famílias de trabalhadores temporários que desempenham funções diretas na criação das aves. São eles que preparam os aviários para recebimento dos pintainhos, exercem todas as tarefas de condução do lote e auxiliam na entrega das aves para o abatedouro.

<sup>6</sup> Até porque não há distinção de metas de Conversão Alimentar, Peso Semanal e Ganho de Peso Diário na grande maioria das integrações avícolas. Esses itens de avaliação e remuneração do lote, são ponderados somente por parâmetros como linhagem, sexo e peso do pintainho alojado.

<sup>7</sup> Não são incluídas tarefas de manutenção de equipamentos, recebimento de pintainhos e cargas de raça e ainda limpeza e manutenção da área ao redor das instalações.

Entende-se sobre essa questão, a ampliação de tarefas para criação de um lote na medida em que aumenta a necessidade de ajustes do manejo das aves. Dois exemplos podem elucidar essa narrativa, a saber (i) o aumento do uso de fontes de calor nos aviários, substituindo as campânulas à gás pelos fornos à lenha. Desse modo, além de elevada temperatura inicial para o lote (devido à exigência para ganho de peso e desempenho das aves), compromete a mão de obra, agora como cortadores e lenhas. Em seguida, (ii), a exposição dessa mão-de-obra (que nas demais atividades da propriedade rural, como café, frutas e leite, não necessariamente exercem tarefas de alto risco) às estruturas modernas de produção (painéis elétricos, redes de alta tensão) e à rotina de trabalho exaustiva (mexer a cama das aves, cortar e empilhar lenha e abastecer fornos em alta temperatura) pode comprometer a continuidade e viabilidade social da atividade submetida ao capital agroindustrial.

O segundo ponto, considera a necessidade em muitos casos de contratação de terceiros para auxílio na rotina de tarefas do aviário, principalmente quando a pequena propriedade dispõe de certa diversidade de atividades (leite, horticultura, piscicultura etc.). Desse modo, estabelece uma relação de trabalho atípica à produção familiar, aguçando a dependência do capital agroindustrial e pouca viabilidade econômica da avicultura. Tais “relações híbridas” parecem pouco estáveis e desfavoráveis à famílias produtoras: não se consegue reduzir os impactos na formação da renda do produtor (em função do baixo incremento nos resultados) e remete-se à condição de conflito nas relações sociais da avicultura familiar.

Na verdade, deve-se discutir tal essência do processo de transformação da produção, que caminha para o aprofundamento do desenvolvimento capitalista. E, nesse ponto, à medida que tais relações se estabelecem no campo, torna-se aguçado ainda mais a relação capital/trabalho; na contramão do papel que esses arranjos familiares deveriam exercer com atividades intensivas, (e talvez independentes) diversificado e com elevado padrão técnico e de qualidade. Ao contrário, intensifica-se o processo de expropriação, na medida em que não se consegue melhorar o fator renda.

O terceiro aspecto denota a descapitalização crescente desse grupo, coincidindo com o afastamento do Estado nas funções junto ao setor agropecuário. Entende-se como desempenho de políticas, o investimento em pesquisa e extensão, políticas agrícolas setoriais e principalmente propondo linhas de crédito e financiamento para as atividades

rurais familiares. Desse modo, os avicultores ficam atrelados às linhas de financiamento (equipamentos, reformas de instalações, máquinas) oferecidas pelas agroindústrias.

O gráfico 2 relata exatamente a forte ampliação (e em alguns momentos superação) do capital privado em relação ao público destinado à financiamento da produção agropecuária brasileira. Percebe-se um comportamento similar, apesar da obrigatoriedade do papel público nas atividades primárias (inclusive a familiar), e pro que não um estreitamento quanto à efetivação nos eventos de crise econômica interna (1987/88), abertura comercial (1994/95) e crise do agronegócio exportador (2006).

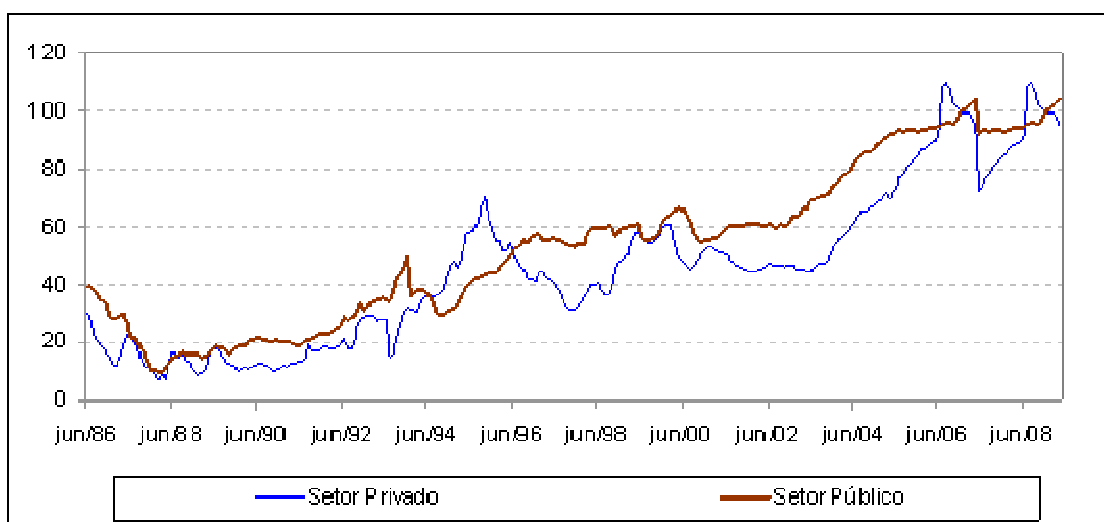


Gráfico 2- Índice de operações de crédito do sistema financeiro, setor privado e público destinado à produção animal (1986-2008), (dez/2008 = 100, deflacionado pelo IGP-DI).

Fonte de dados: Banco Central do Brasil, Boletim, Seção Moeda e Crédito (BCB Boletim/Moeda) - jul.2009. Elaborado por Almeida, F. P. (2009).

Essa disparidade, ao avesso da capacidade técnica de produção familiar, constitui-se um fator determinante no aprofundamento da crise de crédito para o setor no período pós-1980. Para Gonçalves e Souza (2005), boa parte dessa dificuldade para definição de políticas está relacionada à questão conceitual, principalmente quanto à atividade rural, terra e caracterização de mão-de-obra. Nesse ponto mais implicitamente embaraçoso, quando se trata da necessidade de emprego de terceiros e rateio da renda na relação integrada.

Também Bianchini (2005) destaca a dificuldade de fixar um padrão de universalidade para a definição da agricultura familiar, que permite uma aproximação



de critérios para o território brasileiro. O PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) que se enquadra nessa política, abrange exatamente esse paradoxo, inclusive nas regras de acesso ao crédito para a modalidade familiar de produção. No caso da avicultura integrada atual, há deduções significativas de até 70% do valor bruto da produção, considerando que aproximadamente 90% do custo de produção referem-se à agroindústria. No entanto, avaliando as devidas proporções de ganhos da agroindústria e produção integrada familiar ao longo das últimas décadas, as oportunidades de mercado tanto para comercialização quanto na aquisição de insumos, as deduções parecem defasadas no sentido dos produtores. Além disso, não significam possibilidade de acesso, uma vez que acompanhada à política de crédito, deveria haver assistência aos moldes dos financiamentos para agricultura empresarial.

Essas por sua vez, captam tais recursos de forma bastante facilitada junto às entidades financeiras público-privadas através de parcerias. Aliás a ampliação do aporte de recursos oriundos do setor privado no período pós 1986 para a agropecuária, inclusive a política aplicada quanto às formas de acesso, volume e destinação, sugerem uma forte dependência das atividades sob o modo de trabalho familiar à agroindústria. Desse modo, os instrumentos de legitimidade dessas relações, tais como contratos, verticalização e empréstimos consignados<sup>8</sup> são amplamente consolidados. Para Dias (2006), esse é o fenômeno de “concentração de benefícios”, e coincide com ampliação da inadimplência no crédito rural e escassez de representações políticas legítimas para o campo.

Nesse ponto, existem combinações variadas de exploração do capital ora empregadas na avicultura, sobretudo aquela constituída de mão de obra familiar. Talvez uma relação significativa nesse contexto refere-se à defasagem dos preços do frango de corte frente ao insumo ração (inicial e crescimento<sup>9</sup>). Observa-se no gráfico 3, uma diminuição considerável do poder de compra do produtor de frango na aquisição de

---

<sup>8</sup> No caso da avicultura de corte o pagamento é parcelado em lotes criados, com preço atrelado em kg de carne (pré ou pós-fixado). Essa modalidade de transação é na maioria dos casos, de médio e longo prazo, com juros acima daqueles praticados pelo governo em linhas populares de financiamento bancário.

<sup>9</sup> A ração inicial, é oferecida às aves até aproximadamente o 20º dia de vida, enquanto a de crescimento estende-se até 5 à 7 dias antes do abate. Como a base desse insumo é milho e soja, farinhas e premix vitamínico, boa parte do custo de produção é atrelado às transações comerciais dos complexos agroindustriais de commodities.

ração, ou seja, a desvalorização ao nível do produtor é bastante superior às oscilações de preços dos insumos básicos de criação de frango de corte.

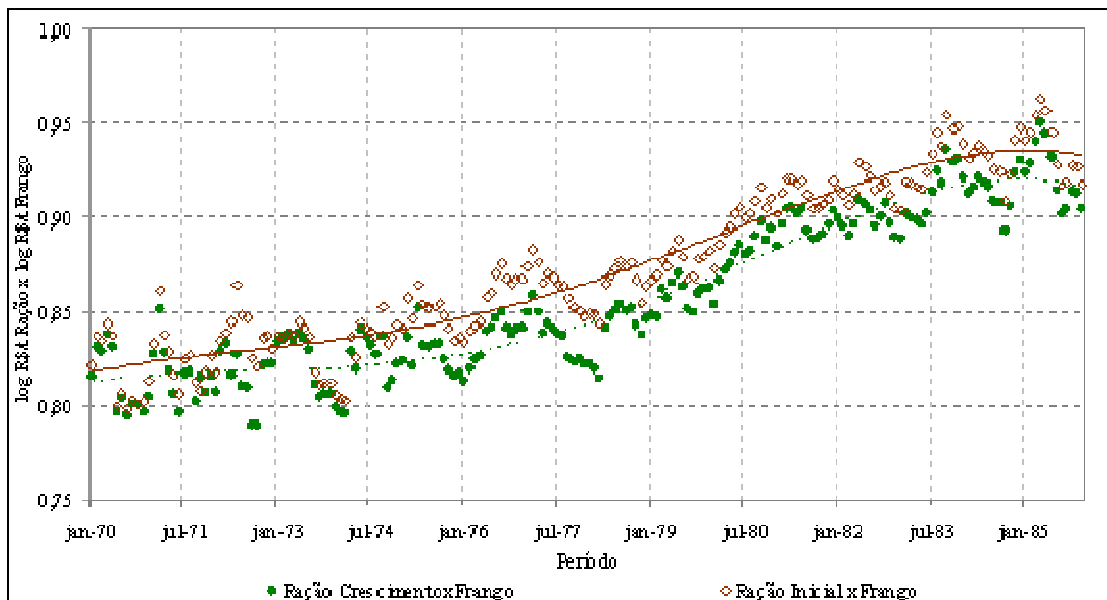


Gráfico 3- Relação de preços logaritmizados da Ração Inicial e Crescimento (R\$/t) e de Frango Vivo (R\$/t), 1970-1985.

Fonte de dados: Instituto de Economia Agrícola (São Paulo), 2009. Elaborado por Almeida, F. P. (2009).

Percebe-se uma redução pela metade no poder de compra do avicultor quanto ao insumo ração, reiterando a premissa de aprofundamento da avicultura familiar no conflito de relações com a agroindústria, principalmente nos contratos de integração. Isso porque, a agroindústria processa e fornece as rações, admitindo-se vantagens competitivas de escala, compra e armazenamento de grãos, inclusive aquisição de equipamentos modernos para fábrica. Com a política de preços ao produtor, praticamente estagnada contratualmente, a relação insumo-produto compromete rapidamente o poder de compra do produtor e a transferência de capital para o campo.

A retórica política de minimização dos efeitos modernizantes no campo, tendo em vista as relações-troca na avicultura, aponta para dois conceitos contraditórios. O primeiro sugere uma desvalorização maciça do preço do frango em relação aos insumos gerais, mesmo considerando os possíveis ganhos em produtividade e eficiência. Desse modo, a atividade perderia no curto prazo, qualquer capacidade de alinhamento frente às objeções de mercado a não ser que desenvolvesse alternativas locais de criação,

manutenção do comércio em feiras livres, pequenos abatedouros e associações de produtores rurais familiares.

O segundo conceito define que, necessariamente, o alinhamento das atividades produtoras deve coincidir com o planejamento da agroindústria, inclusive capacidade de criação, expansão, modelos contratuais dentre outros. Portanto, qualquer iniciativa de melhoria na eficiência produtiva dos produtores familiares, não significa a priori aumento de renda ou novas negociações de custeio.

No entanto, a caracterização do capital industrial no campo não remete somente a uma abordagem sobre insumos agroindustriais no campo. Uma série de outros elementos contabilizados na perspectiva de aquisição pelo produtor, com ampla exigência por contrato, define o perfil de custos da avicultura. Na tabela 1 são listados em percentual de composição do custo de uma tonelada de frango vivo, os principais itens necessários.

Tabela 1- Parâmetros de custo de produção na avicultura de corte (1976 e 2006).

Item	1976*	2006**
	%	%
<b>Custos Fixos</b>		
Depreciação	2,81	5,15
Administração	0,45	1,24
Despesas Financeiras 15% a.a.	6,33	16,14
<b>Subtotal</b>	<b>9,59</b>	<b>22,53</b>
<b>Custos Variáveis</b>		
Pintos de um dia	17,56	12,96
Mão de obra	1,5	1,19
Rações	64,87	52,57
Gás	1,5	1,38
Energia elétrica	0,45	2,07
Maravalha	0,9	2,51
Medicamentos e desinfetantes	0,45	1,38
Previdência social	2,35	2,16
Perdas	0,83	1,25
<b>Subtotal</b>	<b>90,41</b>	<b>77,47</b>
<b>Total Geral</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: \*Cepa/SC (1976) *apud* Sorj et al, (1982); \*\* AVIMIG/MG (2006). Dados não publicados.

Pode-se observar que, aqueles por definição, direcionados ao produtor, em 30 anos, sofreram ajustes mais severos (ponderando em função da capacidade e escala de produção) que os relacionados à agroindústria. Destacam-se a energia elétrica, a maravalha (variáveis) e depreciação (fixos), inclusive dado a sua essencialidade na produção. Para a agroindústria, a menor participação das rações e pintos no custo de produção, reforça a expectativa de ampla competitividade e ganhos desse setor, sobretudo aos moldes da integração vertical.

Quanto ao produto final, há uma sensível perda na direção do produtor, principalmente quanto ao frango resfriado, considerando a ampliação do consumo à partir da década de 1980 (Gráfico 4). Observa-se que também nesse caso, com a inovação de produto elaborado, o comportamento na remuneração do avicultor ainda é desfavorável e não possibilita investimentos em tecnificação e aprimoramento da criação dos lotes. Ou seja, o produto frango vivo, tanto na relação com insumo (ração), quanto ao produto industrializado, sofre depreciação acentuada, definindo um cenário de perda na renda do produtor e capacidade de modernização das estruturas em função exclusivamente da produção. Desse modo, acirra ainda mais a dependência do capital industrial, como forma de “corrigir as perdas no valor da produção” e manter tais atores sob os interesses agroindustriais.

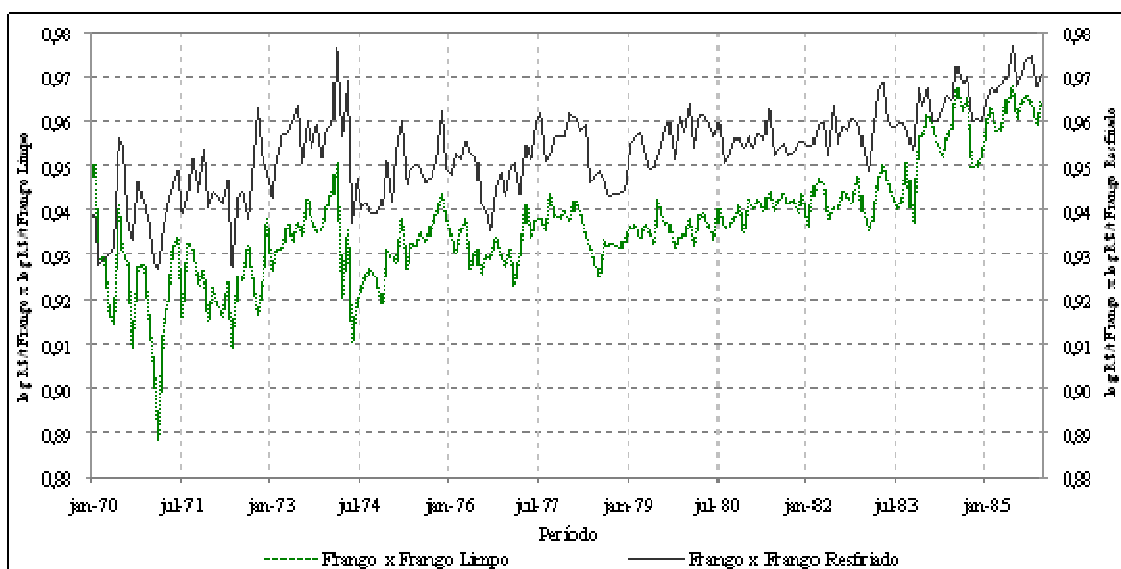


Gráfico 4- Relação de preços logaritizados de Frango Vivo e Frango Limpo e Resfriado (R\$/t), 1970-1985.

Fonte de dados: Instituto de Economia Agrícola (São Paulo), 2009. Elaborado por Almeida, F. P. (2009).

Acrescenta-se às observações o fato de que apesar da ampliação do aporte produtivo da agroindústria, principalmente com as exportações e consumo interno nos grandes centros urbanos, não há transferência de possíveis ganhos para o campo. Aliás, há uma depreciação considerável (atingindo o auge em 1974), da renda no campo em relação ao frango já limpo e resfriado.

Um importante questionamento remonta à política protecionista das agroindústrias no processo de verticalização, uma vez que, não obstante o crescimento das exportações do produto, os incentivos fiscais e crédito subsidiado para modernização do aparato tecnológico e fábrica de ração e abatedouros e aumento em geral do consumo de carne de frango e derivados, há um movimento amplo de descapitalização do avicultor, principalmente sob o modo de produção familiar e portanto de baixa escala produtiva. Cabe aqui destaque para o trabalho de Haguener et al., (2001), que corrobora na perspectiva de ganhos da agroindústria em face à abertura econômica e no período anterior ao evento. Para os autores, qualquer possibilidade de perdas nas atividades agroindustriais brasileiras nos anos 1980, é minimizada pelo impacto positivo do comércio externo na década de 1990, e com ampliação da demanda interna de alguns produtos, como o frango (crescimento de 15% no período).

Enfim, a amplitude dos ganhos agroindustriais, empenhada na legitimidade dos contratos para a criação de frango e no viés da exigência de modernização das instalações como condição básica de eficiência e atendimento de metas comuns, é bastante elevada. Em contrapartida, a proporção de perdas da avicultura familiar que em suma, figura certo sucateamento estrutural ante as “novas instalações da avicultura moderna”, e por sua vez atrelado à baixa remuneração na condição de contratos via integração vertical é provavelmente superior, dado ainda o impacto socioeconômico no campo em diversos arranjos produtivos locais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pode-se considerar que diante dos cenários apresentados no texto, há inúmeras vantagens em torno da atividade agroindustrial, que assegura a coordenação nas relações de poder com o campo, principalmente produção familiar, desde aspectos

legais, políticos e econômicos que de algum modo, aprimoram a competitividade do capital industrial no cenário da avicultura brasileira. Considerando o período de 1970-1986 como “ponto de partida” e não somente esse, como também o subsequente, percebe-se como tais relações foram legitimadas e asseguradas, através da avaliação do poder de compra do avicultor, relações de trabalho e diminuição do capital público financiador do “evento modernizante”.

Desse modo, parece improvável a sustentação dessas relações, inclusive com o esgotamento das vias de crédito privado e priorização para o modo de produção empresarial, salvo os modelos de integração via cooperativa, que abrangem produtores com perfil semelhante e ainda sob mesmos aspectos financeiros e tecnológicos.

## REFERÊNCIAS

AVIMIG. Associação dos Avicultores de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.

AVIMIG. Associação dos Avicultores de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.

BIANCHINI, Valter. **O universo da agricultura familiar e sua contribuição ao desenvolvimento rural**. MDA, Brasília, 2005. p.14. mimeo.

BURBACH, Roger; FLYNN, Patrícia. **Agroindústria nas Américas**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

CEPA-SC. Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola. Florianópolis, 1976.

DIAS, Guilherme Leite da Silva. O Estado e o agro em tempos de liberalização. **Revista de Economia Rural**, São Paulo, v.44, n.3, p.341-354, jul-set, 2006.

GONÇALVES, José Sidnei ; SOUZA, Sueli Alves Moreira. **Agricultura familiar: limites do conceito e evolução do crédito**. Artigos de Políticas Públicas. Instituto de Economia Agrícola. 2005. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=2521>>. Acesso em: 25 jul. 2009.

GOODMAN, David; SORJ, Bernardo; WILKINSON John. **Terra, natureza e capital: uma crítica à economia e à sociologia rural**, 1982. mimeo.

GOODMAN, David. Economia e sociedade rurais a partir de 1945. In: BACHA, Edmar; KLEIN, Herbert S. **A transição incompleta. Brasil desde 1945**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986. p. 113-173.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: HUCITEC, 1981.

HAGUENAUER, Lia et al. **Evolução das cadeias produtivas brasileiras na década de 90**. Rio de Janeiro: IPEA, abr. 2001. (Texto para Discussão n. 786).

KAGEYAMA, Angela et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, Guilherme Costa et al. (Org.), **Agricultura e políticas públicas**. Brasília, IPEA, (Série IPEA, 127), 1990. p. 113-223.

SCHUH, George Edwards. Efeitos de políticas gerais de desenvolvimento econômico no desenvolvimento agrícola. In: ARAÚJO, Paulo Fernando Cidade de; SCHUH, George Edwards. (Org). **Desenvolvimento da agricultura: análise de política econômica**. São Paulo: Pioneira, 1977. p. 3-32.

SORJ, Bernardo et al. **Camponeses e agroindústria**. Transformação social e representação política na avicultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

Enviado para publicação em julho de 2010.

Aceito para publicação em agosto de 2010.